



*Por Eng<sup>a</sup> Inês Amaro*

**Uma parte dos consumidores “europeus” estão cada vez mais sensibilizados para as questões relacionadas com os efeitos que as técnicas de reprodução, criação, sanidade e bem-estar dos animais e com o impacto destes modelos de produção no meio ambiente.**

Os consumidores cada vez mais se insurgem pelo direito a uma escolha informada entre os diferentes produtos obtidos, de acordo com diferentes normas de bem-estar dos animais. O direito à informação é um direito básico do consumidor.

Mas, para que possam escolher devem ser informados sobre os métodos de produção dos animais nas explorações agrícolas, bem como sobre os transportes e o abate.

Os produtores, a quem são feitas essas exigências, querem dispor de uma base estável e coerente de prestação dessa informação.

As sucessivas crises dos últimos anos ajudaram a levantar tais preocupações por parte de todos os intervenientes na cadeia.

De tal forma, que a legislação comunitária no que concerne ao bem-estar dos animais tem aumentado nos últimos anos, e com tendência em acelerar, face ao Protocolo ao Tratado de Amesterdão que consagra as ambições de todas as instituições da UE e Estados-Membros a terem em conta a melhoria dos padrões de bem-estar e protecção dos animais, na definição e aplicação das políticas comunitárias nos domínios da agricultura, dos transportes, do mercado interno e da Investigação.

Também se reconhece hoje, que o bem estar animal tem impacto directo e indirecto na segurança dos alimentos e na qualidade, pelo que os regimes de apoio à agricultura devem ser adaptados neste sentido.

Previendo-se de ante mão que o processo implica custos para os produtores,

uma vez que implica investimentos e mudanças dos sistemas de produção tem também impacto nos custos de produção.

Poderão estes custos de produção ser recuperados?

Se se considerar que os consumidores demonstraram preferência por esses produtos, então poderão ser recuperados parcialmente os montantes envolvidos. Mas, teme-se que os custos não sejam directamente cobertos e venham a colocar os produtores dos Estados-Membros em desvantagem concorrencial relativamente aos produtores dos países parceiros comerciais da UE que abastecem a comunidade em animais vivos e produtos de origem animal.

Com o intuito de avaliar as normas de bem-estar animal aplicadas em países terceiros com o objectivo de tentar comparar as normas destes países com as normas comunitárias, a Direcção – Geral de Saúde e Defesa dos Consumidores (SANCO) da comissão levou a cabo um estudo, e para o qual foram solicitadas informações aos países terceiros sobre a sua legislação relativa ao bem-estar dos animais nas explorações pecuárias.

Foram contactados num total de 106 países terceiros e responderam à solicitação 73, mas destes só 30 facultaram informações relevantes para o estudo.

No quadro abaixo estão resumidas as informações consideradas mais relevantes:

(Fonte: Comunicação da comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre a legislação em matéria de bem-estar dos animais de explorações nos países terceiros e implicações para a EU, COM (2002) 626 final de 18 de Novembro de 2002.)

| Informação relevante recebida sobre regras de protecção dos animais (em 1999) |                               |                                   |                       |                  |
|---|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|------------------|
| PAÍS  | Lei de protecção dos animais? | Animais nas explorações pecuárias | Transporte de animais | Abate de animais |
| (1) Argentina   |                               |                                   | x                     | X                |
| (2) Austrália   |                               | •                                 | •                     | X                |
| (3) Botswana  |                               |                                   |                       | •                |
| (4) Bulgária  |                               |                                   |                       | X                |
| (5) Canadá  |                               | •                                 | •                     | X                |
| (6) Cabo Verde  |                               |                                   | •                     | X                |
| (7) Chile   |                               |                                   | •                     |                  |
| (8) Croácia   | sim                           | x                                 | x                     | X                |
| (9) Chipre  |                               | •                                 | x                     | X                |
| (10) República Checa  |                               | x                                 | x                     | X                |
| (11) Estónia  | sim                           | •                                 | x                     | X                |
| (12) Hong Kong  | sim                           |                                   |                       | X                |
| (13) Hungria  | sim                           | •                                 | x                     | X                |
| (14) Índia  | sim                           | •                                 |                       |                  |
| (15) Japão  |                               | •                                 | •                     | X                |
| (16) Letónia  |                               | x                                 | x                     | X                |
| (17) Lituânia   | sim                           | x                                 | x                     | X                |
| (18) Malta  | sim                           |                                   | x                     | X                |
| (19) México   |                               |                                   | •                     | •                |
| (20) Namíbia  |                               | •                                 | •                     | •                |
| (21) Nova Zelândia  | sim                           | •                                 | x                     | X                |
| (22) Noruega  | sim                           | x                                 | x                     | X                |
| (23) Filipinas  | sim                           |                                   |                       |                  |
| (24) Polónia  | sim                           | x                                 | x                     | X                |
| (25) República Eslovaca   | sim                           | •                                 | x                     | X                |
| (26) Eslovénia  | sim                           | x                                 | x                     | X                |
| (27) África do Sul  |                               | •                                 | •                     | X                |
| (28) Suazilândia  |                               |                                   | •                     | X                |
| (29) Suíça  | sim                           | x                                 | x                     | X                |
| (30) EUA  | sim                           | •                                 | •                     | X                |

X indica legislação; • indica directrizes e códigos de conduta.  
(Quando existem as duas formas, a legislação assume a precedência.)



1. Legislação de Protecção dos animais (ou bem-estar dos animais): se existe no país uma lei geral de protecção(ou bem-estar) dos animais (ou seja, uma lei que abrange todos os animais, inclusivé os animais de companhia e os animais mantidos para fins científicos, mas que não inclui geralmente disposições específicas relativas aos métodos de criação dos animais nas explorações pecuárias)?

2. Animais nas explorações pecuárias : existem regras relativas à criação de animais nas explorações pecuárias e, se assim for, assumem a forma de legislação(Vinculativa) ou de directrizes/códigos de conduta(facultativos)?

3. Transporte de animais: existem regras e se assim for, trata-se de legislação(Vinculativa) ou de directrizes/códigos de conduta (facultativos)?

4. Abate de animais: existem regras e se , assim for, trata-se de legislação (Vinculativa) ou de directrizes/códigos de conduta (facultativos)?

Dos dados facultados, a comissão resumiu os principais pontos da análise da legislação de países terceiros, apesar de considerar que a qualidade e a diversidade é muito grande:

A maior parte das informações facultadas respeita aos actos de crueldade para com os animais em geral, sendo consideradas inaceitáveis e podem ser punidos por lei. Só um número restrito especificou relativamente ao bem-estar dos animais nas explorações pecuárias;

No geral da legislação a nível mundial não existem normas científicas comuns, isto é, com base em princípios idênticos. O conceito de protecção dos animais nas explorações pecuárias é diferente de país para país, motivado pelo contexto cultural, científico, religioso, económico e político;

Na falta de normas comuns, verificou-se que uma grande parte da legislação destes países relaciona-se com as “cinco liberdades”, cada vez mais divulgadas e conhecidas por todos. Essas liberdades, foram definidas em 1979 pelo órgão consultivo do Ministério da Agricultura do Reino Unido. São as seguintes:

1. Alimentos e água de qualidade adequada e em quantidade suficiente;
2. Alojamento adequado;
3. Oportunidade de manifestar os padrões de comportamento normais;
4. Minimização da dor ou sofrimento no maneo;
5. Protecção da doença;





Dada a situação, é necessário e urgente promover-se a convergência a nível mundial através da adopção de princípios e normas uniformes, capazes de reduzir as disparidades existentes nomeadamente nos sectores que recorrem a meios de

produção intensivos (aves, ovos e suínos).

Terão que existir esforços a vários níveis para combater as diferenças existentes entre os países terceiros de forma a não prejudicar a adopção de normas de bem-estar dos animais, mais exigentes no espaço comunitário.

**A União Europeia e os Estados-Membros deverão trabalhar no sentido de promover junto do resto do mundo as questões que preocupam os consumidores por várias formas, tais como:**

Esforços Bilaterais da UE de promoção dos padrões de bem-estar dos animais junto dos seus parceiros comerciais;

Através do diálogo internacional com as Organizações Não Governamentais (ONG);

Através de acordos bilaterais e multilaterais, incluindo a OIE (Gabinete Internacional de Epizootias, é uma organização internacional criada em 25 de Janeiro de 1924, assinada por 28 países), a OMC (Organização Mundial de Comércio) e o Conselho da Europa;

Através da orientação da política agrícola da UE para a qualidade em detrimento da quantidade. Sendo que a definição de qualidade pode englobar uma série de prioridades, incluindo o reforço da segurança dos alimentos, e o bem-estar dos animais, a protecção e preservação do ambiente, o desenvolvimento rural.

Para concluir, é importante que todos os intervenientes se empenhem neste processo e consigam atingir consensos e trabalhar em conjunto para que a confiança do consumidor não retroceda.

## **Legislação Comunitária relativa à Protecção dos animais nas explorações Agrícolas**

### **Pecuária**

– Directiva 1999/74/CE do Conselho, de 19 de Julho de 1999, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção das **galinhas poedeiras**.

Jornal Oficial - L 203 de 3.8.1999, p. 53 - 57.

– Directiva 98/58/CE do Conselho, de 20 de Julho de 1998, relativa à protecção dos **animais nas explorações pecuárias**.

Jornal Oficial L 221 de 8.8.199, p. 23 - 27.

– Directiva 97/2/CE do Conselho, de 20 de Janeiro de 1997, que altera a Directiva 91/629/CEE relativa às normas mínimas de protecção dos **vitelos**.

Jornal Oficial L 025 de 28.1.1997, p. 24 - 25.

– Directiva 91/629/CEE do Conselho, de 19 de Novembro de 1991, relativa às normas mínimas de protecção dos **vitelos**.

Jornal Oficial L 340 de 11.12.1991, p. 28 - 32.

– 97/182/CE: Decisão da Comissão, de 24 de Fevereiro de 1997, que altera o anexo da Directiva 91/629/CEE do Conselho relativa às normas mínimas de protecção dos vitelos - Jornal Oficial L 076 de 24.2.1997, p. 30 - 31.

– Directiva 91/630/CEE do Conselho, de 19 de Novembro de 1991, relativa às normas mínimas de protecção de **suínos**.

Jornal Oficial L 340 de 11.12.1991, p. 33 - 38.

– Directiva 88/166/CEE do Conselho, de 7 de Março de 1988, relativa à execução do Acórdão do Tribunal de Justiça do processo 131/86 (anulação da Directiva 86/113/CEE do Conselho, de 25 de Março de 1986, que estabelece as normas mínimas relativas à protecção das **galinhas poedeiras** em bateria).

Jornal Oficial L 074 de 19.3.1988, p. 83 - 87.

– 78/923/CEE: Decisão do Conselho, de 19 de Junho de 1978, relativa à conclusão da **Convenção Europeia sobre a protecção dos animais nas explorações de criação**.

Jornal Oficial L 323 de 17.11.1978, p. 12 - 13.





### Transporte

– Directiva 91/628/CEE do Conselho, de 19 de Novembro de 1991, relativa à protecção dos animais durante o transporte e que altera as Directivas 90/425/CEE e 91/496/CEE.

Jornal Oficial L 340 de 11.12.1991, p. 17 - 27.

– Directiva 95/29/CE do Conselho, de 29 de Junho de 1995, que altera a Directiva 90/628/CEE relativa à protecção dos animais durante o transporte.

Jornal Oficial L 148 de 30.6.1995, p. 52 - 63.

– Regulamento (CE) nº 1255/97 do Conselho, de 25 de Junho de 1997, relativo aos critérios comunitários exigidos nos pontos de paragem e que adapta a guia de marcha prevista no anexo da Directiva 91/628/CEE.

Jornal Oficial L 174 de 2.7.1997, p. 1 - 6.

– Regulamento (CE) nº 411/98 do Conselho, de 16 de Fevereiro de 1998, relativo a normas complementares em matéria de protecção dos animais, aplicáveis aos veículos rodoviários utilizados no transporte de animais vivos em viagens de duração superior a oito horas.

Jornal Oficial L 52 de 21.2.1998, p. 8 - 11.

– Regulamento (CE) nº 615/98 da Comissão, de 18 de Março de 1998, que estabelece normas especiais de execução do regime das restituições à exportação no que respeita ao bem-estar dos animais vivos da espécie bovina durante o transporte.

Jornal Oficial L 82 de 19.3.1998, p. 19 - 22.





### Abate

– Directiva 93/119/CE do Conselho, de 22 de Dezembro de 1993, relativa à protecção dos animais no abate e/ou occisão.

Jornal Oficial L 340 de 31.12.1993, p. 21 - 34.

– 88/306/CEE: Decisão do Conselho, de 16 de Maio de 1988, relativa à conclusão da **Convenção Europeia para a Protecção dos Animais para Abate**.

Jornal Oficial L 137 de 2.6.1988, p. 25- 26.

### Referências Bibliográficas:

- Comunicação da comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu relativa à protecção dos suínos em sistema de criação intensa, tendo em conta particularmente o bem-estar das porcas criadas em vários graus de confinamento e em grupo, COM(2001) 20 final, de 16.01.2001.

- Directiva 98/58/CE do Conselho, de 20.07.1988, relativa à protecção dos animais nas explorações pecuárias. JO L 221 de 1988.

- Relatório do comité científico da Sanidade e do Bem-estar dos Animais sobre o bem-estar dos galináceos destinados à produção de carne(2000).

- Comité Científico da saúde e do bem-estar dos animais.